

FUNCIONALISMO

Pibinho freia reajuste

» ANA D'ANGELO

O baixo crescimento da economia em 2011 e neste ano e o agravamento da crise internacional, que compromete o desempenho de 2013, derrubaram as previsões do governo petista e colocaram a presidente Dilma Rousseff numa sinuca de bico para enfrentar as pressões dos servidores públicos federais, que reclamam da falta de reajuste há dois anos. Eles prometem greve geral a partir de hoje.

Depois de conceder aumentos salariais altos em curto período de tempo, que chegaram a mais de 100% para algumas carreiras, entre 2008 e 2010, fiando-se nos bons resultados do Produto Interno Bruto (PIB) — e na sua continuidade —, o governo já concluiu que não haverá recursos no Orçamento de 2013 para bancar aumentos generalizados, como o esperado. Por isso, pretende empurrar as demandas para 2014. Uma das prioridades da proposta orçamentária em elaboração é aumentar os investimentos públicos para fazer rodar a economia mais rapidamente, até para dar musculatura para Dilma se reeleger em 2014.

A revisão para baixo da expectativa de crescimento do PIB para 2012, que influi também no resultado de 2013, ameaça, inclusive, o reajuste do pessoal do Judiciário no ano que vem. Com a elevação de 20,3% dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), reatrativa a janeiro deste ano, em curso no Congresso, o governo espera segurar as pressões vindas dos demais servidores do Judiciário. Por enquanto, somente os professores e os militares deverão estar na proposta do Orçamento de 2013 que o Palácio do Planalto enviará ao Congresso até 31 de agosto.

O governo enfrenta um outro problema. Os aumentos diferenciados concedidos entre 2008 e 2010, que privilegiaram principalmente as chamadas carreiras de elite do Executivo, elevando significativamente os salários iniciais, agravaram ainda mais as distorções que já havia entre as categorias. Por isso, reajuste em 2013 para esses servidores, como da área jurídica, auditoria, ciclo de gestão e agências reguladoras, está descartado.

Qualquer ganho — mesmo o equivalente à inflação de um ano — para esses cargos eleva ainda mais a remuneração inicial e final e acirra o abismo remuneratório

» Escolas técnicas também param

Os servidores técnicos administrativos e os professores dos institutos federais de educação tecnológica oficializam hoje um comando nacional de greve. Formado por representantes estaduais, o órgão será responsável pelas negociações com o governo, em conjunto com o movimento dos professores das universidades federais, que completaram ontem um mês parados, em 55 instituições. A categoria reivindica, entre outros pontos, carga horária de 30 horas para os técnicos administrativos. Outras 31 entidades representativas do conjunto dos servidores federais elaboraram uma pauta unificada que serviu de referência para a negociação com o governo.

em relação aos demais servidores, mantendo a insatisfação do funcionalismo. “O Brasil está perdido. É uma armadilha em que nós entramos e praticamente sem saída. A única coisa que o governo pode fazer é travar o processo de reajuste, mas isso significa aumentar as pressões”, afirma o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Abismo salarial

Um professor-cirurgião de universidade federal, com doutorado e que desenvolve pesquisas e cirurgias para a cura de doenças, como do coração e o câncer, ganha, no fim de carreira, R\$ 11,4 mil, salário bem menor que o inicial de um advogado da União ou de um procurador federal, que precisa comprovar apenas dois anos de experiência na advocacia para começar recebendo R\$ 15 mil, ou de um gestor, que não requer experiência e tem remuneração inicial de R\$ 13,6 mil.

A comparação com o Legislativo é ainda mais gritante. Os recém-aprovados no concurso do

Planalto refaz cálculos e empurra demandas para 2014. Distorções entre as carreiras impedem concessão de aumento linear a servidores, que prometem greve geral a partir de hoje

Senado para o cargo de técnico legislativo, que exigiu apenas o nível médio, vão começar embolsando R\$ 13,8 mil, mais que um cientista com doutorado em fim de carreira. Em relação ao analista legislativo, que ganha inicialmente R\$ 18,5 mil, a diferença é ainda maior. Sem contar o auxílio-alimentação, que é o dobro do pago pelo Executivo, e outros benefícios.

Esses salários não incluem as gratificações por retribuição no exercício de algum cargo de chefia que, no serviço público, não obedecem necessariamente à data de ingresso. Mesmo quem tem um ou dois anos de casa apenas já recebe uma dessas funções, aumentando ainda mais o salário. Os técnicos-administrativos nas agências reguladoras, de nível médio, têm salário inicial de R\$ 4,76 mil, o dobro de um analista da Previdência Social, cargo que exige curso superior e com atribuição de analisar o processo de concessão de aposentadorias e de outros benefícios aos trabalhadores brasileiros.

Paliativo

Com a Medida Provisória 568, que beneficia no total 937 mil servidores ativos e inativos, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, espera acalmar os 420 mil servidores ativos e inativos das carreiras do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), Previdência, Saúde, Trabalho e correlatas. Os analistas, de nível superior, terão reajuste entre 21,4% e 31%, elevando o salário final de R\$ 5,7 mil para R\$ 7 mil — total de 84 mil. Entre eles, estão os de infraestrutura.

O problema é que esse valor — obtido só no fim da carreira — está muito abaixo do pago aos demais de carreiras similares do Executivo e também do Judiciário e do Legislativo. Até mesmo dentro do Executivo, os analistas que têm cargos de engenheiro, arquiteto, economista e geólogo estão com salário final maior, de R\$ 10.209.

“Essas disparidades ocorrem porque o Executivo pulverizou muito as carreiras e ganham mais as que têm mais força de barganha”, afirma Marcelo Caldas, membro da executiva da Associação Brasileira dos Servidores Públicos Federais Técnicos de Nível Superior (Abratec). “O governo deveria nivelar o vencimento das carreiras de nível superior para que possamos trabalhar nos próximos anos com aumento linear para todos”, afirma Caldas.

Fila infinita (Em R\$)

Todas as carreiras querem aumento. No caso de servidores do Executivo, a concessão, por exemplo, da inflação de 2011, de 6,3%, eleva ainda mais os salários iniciais, aumentando o fosso com as demais carreiras e em relação à iniciativa privada.

Carreira	Salário inicial atual	Salário inicial com 6,3% de reajuste
Advogado da União – Procurador federal e da Fazenda Nacional	14.970	15.913
Ciclo de gestão – analista de finanças, de planejamento, de comércio exterior	12.960	13.776
Técnico do Ipea	12.960	13.776
Agências reguladoras		
Especialista	10.019	10.650
Analista	9.263	9.846
Técnico-administrativo	4.760	5.059
Auditor-fiscal da Receita	13.600	14.456
Analista do Banco Central	12.960	13.776
Analista da CVM	12.960	13.776
Delegado e perito da PF	13.368	14.210
Agente da PF	7.514	7.987
Engenheiros, arquitetos economistas, geólogos	4.834	5.138
Analista em ciência e tecnologia		
s/ titulação	4.549	4.835
c/ doutorado	7.748	8.237
Professor universitário		
c/ mestrado	4.651	4.944
c/ doutorado	7.333	7.794
Médico – HFA – 40h		
s/ titulação	5.820	6.186
c/ mestrado	6.481	6.889
c/ doutorado	6.878	7.311
Médico perito do INSS – 40h	8.766	9.318
Analista previdenciário (nível superior)	2.375	2.524
Técnico previdenciário	1.993	2.118
Técnicos de hospitais federais	2.156	2.291
Quadro de pessoal da AGU (nível superior)	4.134	4.394
Técnico-administrativo em educação	1.034	1.300

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal/Ministério do Planejamento



Iano Andrade/D.A. Press - 7/3/12



Equipe da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, analisa proposta de aumento para a caserna

Gastos menores com militares

Os militares saem na frente para conseguir reajuste em 2013. Integrantes da equipe econômica avaliam que diminuem cada vez mais os espaços para segurar o aumento na caserna. Dados do Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento mostram que a participação dos militares no total das despesas da União, considerando os gastos dos três Poderes, vem diminuindo desde 2002, mesmo com aumento do seu contingente, enquanto a dos servidores civis em geral só aumenta.

Em 2002, último ano do governo tucano, o custo com o pessoal dos quartéis correspondia a 26,6% do total despendido pela União com o funcionalismo. No fim de 2011, esse percentual caiu significativamente, para 19,9%, com 9% de integrantes a mais. Já a participação

das despesas com os servidores civis do Executivo passou de 52,7% para 56,7% no mesmo período, com o quantitativo aumentando menos, 6%.

O valor médio gasto pelo governo para cada militar também ficou para trás na comparação com os demais servidores, mesmo considerando os aumentos expressivos do salário mínimo pago aos soldados que prestam serviço militar obrigatório. Em 2002, a média era de R\$ 2.411 por militar para R\$ 2.784 gasto pelos civis. Em março de 2012, cada militar passou a consumir R\$ 4.742, uma variação de 97%, enquanto os civis passaram para R\$ 6.681, alta de 140%. Em relação ao Judiciário e ao Legislativo, a diferença é muito maior.

Para conter a insatisfação nos quartéis, o governo designou um grupo de trabalho com

membros dos ministérios da Defesa e do Planejamento para elaborar a proposta de aumento. Ainda não há nada definido quanto ao percentual e como será dado. O último reajuste da categoria foi em 2008.

Os salários de oficiais-generais variam de R\$ 16,6 mil a R\$ 19 mil, incluídas as gratificações da carreira. Um major recebe R\$ 11 mil e um coronel, R\$ 13 mil. Os tenentes têm remuneração de R\$ 6,6 mil e R\$ 7,2 mil. Como não podem fazer greve, a pressão por aumentos vem dos familiares dos militares, principalmente no Congresso. Há também um movimento forte nos bastidores para elevar as remunerações. Os dirigentes das Forças Armadas não escondem a insatisfação e pressionam em público a presidente Dilma Rousseff, nas solenidades em que ela comparece. (AD)